



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Cooperativismo, Mulheres e Desenvolvimento Regional: relações possíveis?

Daniela Fonseca da Silva
PGDREDES/UFRGS

Anelise Graciele Rambo
PGDREDES/UFRGS

Sessão Temática 12: Gêneros, etnia e diversidade no campo e na cidade

Resumo. Este trabalho traz reflexões em torno de três temáticas que emergem com força em momentos de crises político-econômicas. Trata-se do cooperativismo, gênero e desenvolvimento regional. O cooperativismo, embora esteja presente na história moderna desde 1844, quando da criação da Rochdale Society of Equitable Pioneers, na Inglaterra, comumente é retomado nas crises. Recentemente, observa-se uma (re)emergência das questões de gênero. Iniciativas da Organização das Nações Unidas podem ser citadas, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher e a ONU Mulheres, em 2010. A discussão de gênero, aos poucos, ganha espaço no cooperativismo. Em 2019, o Comitê de Igualdade de Gênero da Aliança Cooperativa Internacional promoveu um seminário destacando ações das mulheres baseadas na doutrina cooperativista. Ademais, Amartya Sen (2010) afirma que nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres. Portanto, objetiva-se discutir sobre o papel do cooperativismo para a remoção de privações de liberdade das mulheres e a consequente contribuição para a promoção de processos de desenvolvimento regional.

Palavras-chave. Mulheres; Gênero; Cooperativismo; Desenvolvimento Regional.

Tradução do título em inglês

Abstract. This work brings reflections about three thematic that emerge with strength in times of political-economic crisis. They are cooperativism, gender and regional development. Although the cooperativism is present in modern history since 1844, in the creation of Rochdale Society of Equitable Pioneers, in England, usually it rises in crisis. At same time, it is observed a (re)emergency about gender. Initiatives of United Nations can be mentioned, as the United Nation Development Fund for Women and the UN Women, in 2010. The discussion about gender, slowly, conquers space in the cooperativism. In 2019, the Gender Equality Committee of International Co-operative Alliance, promoted an event emphasizing actions of women based in cooperative doctrine. Amartya Sen (2010) affirms that nothing currently is so important in political economy of development than the proper acknowledgment of participation and political, economic and social leadership of women. Thus, the objective is to discuss about the role of cooperativism for the removal of deprivation of freedom of women and the consequent contribution to promotion of regional development processes.

Keywords: Women; Gender; Cooperativism; Regional Development.

Tradução do título em espanhol

Resumen. Este trabajo trae reflexiones acerca de tres temáticas que emergen con fuerza en momentos de crisis político-económicas. Se trata del cooperativismo, género y desarrollo regional. El cooperativismo, aunque está presente en la historia moderna desde 1844, cuando la creación de la Rochdale Society of Equitable Pioneers, en Inglaterra, comúnmente es retomado em las crisis. Al mismo tiempo, se observa una (re)emergencia de las cuestiones de género. Iniciativas de la Organización de las Naciones Unidas se pueden citar, como el Fondo de Desarrollo de las Naciones Unidas para la Mujer y la ONU Mujeres, en 2010. La discusión de género, poco a poco, gana espacio en el cooperativismo. En 2019, el Comité de Igualdad de Género de la Alianza Cooperativa Internacional promovió un

seminario destacando las acciones de las mujeres basadas en la doctrina cooperativista. Además, Amartya Sen (2010) afirma que actualmente nada es tan importante en la economía política del desarrollo como un reconocimiento adecuado de la participación y el liderazgo político, económico y social de las mujeres. Por lo tanto, se objetiva discurrir sobre el papel de lo cooperativismo para la eliminación de privaciones de libertad de las mujeres y la consecuente contribución para la promoción de procesos de desarrollo regional.

Palabras clave: Mujeres; Género; Cooperativismo; Desarrollo Regional.

1. Introdução

Este trabalho¹ é um esforço no sentido de trazer reflexões em torno de três temáticas, quais sejam, cooperativismo, gênero e desenvolvimento regional. O cooperativismo comumente ganha destaque em períodos de crise econômica, a exemplo da crise gerada pela pandemia do Covid-19. Esta crise também tem lançado luz sobre as desigualdades de gênero. Ao mesmo tempo que compreendemos que o cooperativismo pode ser um importante mecanismo de desenvolvimento regional, não podemos desconsiderar que desenvolvimento e desigualdades de gênero possam coexistir.

No que se refere ao cooperativismo, para Bialoskorki Neto (2001), o marco fundamental foi a criação da *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, na Inglaterra em 1844, uma cooperativa de consumo organizada por tecelões de Rochdale. No Brasil, a primeira cooperativa a surgir, também foi de consumo, a qual fora criada em Limeira, São Paulo no ano de 1891 (SCHNEIDER; KONZEN, 2001). Entretanto, o cooperativismo passa a se desenvolver sob o pioneirismo do Pe. Theodor Amstad, promovendo o desenvolvimento das cooperativas de crédito e de Giuseppe Stefano Paternó, multiplicando as cooperativas agropecuárias.

No início dos anos 1930, ressurgia o cooperativismo, novamente como uma reação dos pequenos produtores coloniais às condições de descapitalização e aos problemas que enfrentavam, agravados pelas transformações e as crises do capitalismo da época. A ameaça que a globalização representa para micros, pequenos e médios empreendimentos nacionais é, ao mesmo tempo, a grande chance para o cooperativismo, que é, neste momento, uma das principais alternativas à disposição do micro, pequeno e médio empreendimento, não só para se viabilizar economicamente, como também para enfrentar o mercado com qualidade e ter respeitada sua presença, graças a união das pequenas forças que o cooperativismo consegue realizar (SCHNEIDER; KONZEN 2001).

Outra questão que tem sido discutida nos últimos anos e que tem alcançado visibilidade durante a pandemia do Covid-19, se refere às desigualdades de gênero. Segundo as autoras Schulz e Tirelli (2020), na última década, mobilizações e manifestações das mulheres resultaram na inclusão de suas demandas no planejamento do Banco Mundial (BM) e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Na escala global, pode-se citar iniciativas como a ONU Mulheres, criada em 2010, a partir da fusão de quatro organizações da ONU: a Divisão da ONU pelo Avanço das Mulheres, o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento pelo Avanço das Mulheres, o Escritório da Assessora Especial para Questões de Gênero e o Avanço das Mulheres, e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres. A ONU Mulheres defende a participação equitativa das mulheres em todos os aspectos da vida e enfoca cinco áreas prioritárias: (1) aumentar a liderança e a participação das mulheres; (2) eliminar a violência contra as mulheres e meninas; (3) engajar as mulheres em todos os aspectos dos processos de paz e segurança; (4) aprimorar o empoderamento econômico das mulheres; (5) colocar a igualdade de gênero no centro do planejamento e dos orçamentos de desenvolvimento nacional.

Cabe mencionar o Movimento ElesPorElas (*HeForShe*), criado em 2014, pela ONU Mulheres, que consiste num esforço global que envolve homens e meninas na remoção das barreiras sociais e culturais que impedem as mulheres de atingir seu potencial, e ajudar homens e mulheres a modelarem uma nova sociedade. O movimento reconhece o papel de homens e meninas como parceiros dos direitos das mulheres e detentores de necessidades próprias baseadas na obtenção deste equilíbrio. Desde a criação desse movimento, homens de todo o mundo, incluindo Chefes de Estado, CEOs e celebridades globais vem assumindo um compromisso com a igualdade de gênero.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) também abarcam essa discussão, especialmente no Objetivo 5, qual seja, Igualdade de Gênero: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

Porém, nem estes movimento ao nível global foram suficientes para evitar que durante a pandemia fossem necessárias ações para reduzir a violência doméstica contra a mulher no Brasil, por exemplo. Campanhas como a Máscara Roxa, do Ministério Público do Rio Grande do Sul, que previa possíveis denúncias de violência doméstica, foram criadas para que as mulheres pudessem denunciar agressores.

A discussão de gênero, aos poucos, ganha espaço dentro do cooperativismo. Em 2019, na Conferência Internacional da Aliança Cooperativa Internacional, o Comitê de Igualdade de Gênero promoveu um seminário destacando ações das mulheres com base na doutrina cooperativista. Porém, apesar dos estudos que reconhecem as contribuições das mulheres nas esferas política, econômica e social, ainda restam espaços de discussão que alinhavam essas três temáticas e que considerem as suas efetivas contribuições e impactos entre elas.

Assim, este trabalho, metodologicamente está sustentado em um estudo de cunho bibliográfico e documental, exploratório. Para alcançar seu objetivo, está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira trata-se do cooperativismo e como esse tem contribuído ao desenvolvimento regional e abordado as questões de gênero. Em seguida, discute-se especificamente elementos relacionados à desigualdade de gênero no Brasil, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Na sequência, são apresentados os conceitos de desenvolvimento e desenvolvimento regional, debatendo-se, além de elementos inerentes aos mesmos, o lugar da mulher nestes processos. Por fim, constam as considerações finais e bibliografias consultadas.

2. Discutindo as conexões entre cooperativismo, desenvolvimento regional e mulheres

A organização de uma cooperativa pode ser compreendida como uma resposta dos atores locais/regionais aos entraves oriundos de uma economia cada vez mais competitiva e globalizada. Segundo Panzutti (2002), a cooperativa é uma forma específica de organização da sociedade civil que, segundo a Teoria de Münster, não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência. A contrário, permite aos mais vulneráveis desenvolverem-se dentro da economia competitiva. Além disso, os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa que a ação individual.

Embora, ainda não esteja disponível uma teoria do cooperativismo substancial que permita análises profundas, sabe-se que o cooperativismo se cerca de seus princípios e valores e, esses guiam as práticas cooperativistas ao redor do mundo. Nas palavras de Chayanov (2017), “tudo o que temos para o momento é uma ideologia cooperativa, ao invés de uma teoria cooperativa” (CHAYANOV, 2017, p. 50).

Essa ideologia cooperativa, como denomina Chayanov (2017), é baseada em sete princípios, que representam as linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam à prática os seus valores, além de regular e orientar os integrantes do sistema. São eles: Adesão livre e voluntária;

Gestão democrática; Participação econômica; Autonomia e independência; Educação, formação e informação; Cooperação entre cooperativas e Preocupação com a comunidade. Amartya Sen (2010) em dado momento, destaca que o desenvolvimento sustentado no cooperativismo estabelece um processo de expansão das liberdades coletivas da humanidade, pois seus princípios e mecanismos socioeconômicos e institucionais tem como consequência direta a melhora das condições de vida e redução dos índices de pobreza.

No Rio Grande do Sul, o cooperativismo possui a sua organização coordenada pela Organização Cooperativa do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS), vinculada à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e também à Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Porém, existem inúmeras cooperativas, não menos importantes, que optam por não se vincular àquela instituição, o que, porém, dificulta o acesso a seus dados e informações.

Segundo o Sistema OCERGS SESCOOP/RS, através da publicação “Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2019”, havia, em 2018, 2,9 milhões de cooperativas presentes em 156 países, reunindo 1,2 bilhão de associados e 27,2 milhões empregos. No Brasil, foram registradas 6,8 mil cooperativas, 14,2 milhões de associados e 398 mil empregos gerados. Já no Rio Grande do Sul, havia 437 cooperativas, 2,9 milhões de associados e 63,8 mil empregos. Das cooperativas do Estado gaúcho, 78% estavam vinculadas aos ramos agropecuário, crédito, transporte e saúde, porcentagem que se mantém estável nos dados de 2019.

Em 2020, a edição do mesmo documento – Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2020 - baseada nos dados de 2019, evidencia a ação positiva do cooperativismo no Rio Grande do Sul. São 444 cooperativas, 2,97 milhões de associados e 64,6 mil empregados. Acrescenta-se a observação relativa à média salarial de seus colaboradores que também se mostrou crescente nos dois anos em questão, porém com uma pequena retração em 2020.

A edição Expressão do Cooperativismo Gaúcho 2021 – ano base 2020 é a mais recente publicação que relata três milhões de cooperativas no mundo todo, que geram 280 milhões de empregos. Somente no Brasil, foram registrados 14,2 milhões de associados e 425,3 mil empregados. No Estado do Rio Grande do Sul, estão presentes 455 cooperativas, elas possuem 3,06 milhões de associados e geram 68,3 mil empregos. Destaca-se entre esses dados o significativo aumento do número de empregos. Enquanto as estatísticas divulgam índices de desemprego cada vez maiores, além da crescente informalidade, o cooperativismo gaúcho mostrou ampliação de empregos, uma condição fundamental para garantir dignidade das pessoas. O quadro a seguir sistematiza os dados mencionados:

Quadro 1. Associados, empregados e média salarial nas Cooperativas vinculadas à OCERGS – 2018/2020.

Variáveis	2019 (Ano-base 2018)	2020 (Ano-base 2019)	2021 (Ano-base 2020)
Nº de associados	2,9 milhões	2,97 milhões	3,06 milhões
Nº de empregados	63,8 mil	64,6 mil	68,3 mil
Média salarial	R\$ 2.178,53	R\$ 2.461,60	R\$ 2.460,00

Fonte: OCERGS SESCOOP/RS. Relatório Expressão do Cooperativismo Gaúcho. Organização própria.

Além dos dados destacados, o documento enfatiza ainda que duas dimensões do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE), do ano de 2015, quais sejam, renda e educação, mostram melhores resultados nos municípios com cooperativas do que naqueles sem essas organizações. Os municípios sem cooperativas também mostram números inferiores à média estadual no que se refere a estas dimensões (EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO, 2021).

Estes importantes resultados instigam pesquisas para verificar em que medida e como a existência de cooperativas nos municípios contribui diretamente para tal resultado.

Outros estudos apontam para o papel do cooperativismo no desenvolvimento regional. Büttenbender et al (2022) enfatizam que em termos endógenos o cooperativismo constitui e está sendo reconhecido como uma nova formulação econômica, social e política que privilegia a centralidade da vida. É um espaço de implementação de políticas públicas que repercutem no fortalecimento econômico e social dos seus membros, das regiões onde atuam e da própria sociedade. Promove a estruturação de cadeias de trabalho e renda, de produção, de agregação de valor, com a distribuição e reinvestimento de sobras nos territórios que o geraram, promovendo o desenvolvimento endógeno de regiões.

Büttenbender *et. al.* (2020) verificaram que, em períodos de desenvolvimento menos acelerado nas Missões e Noroeste do Rio Grande do Sul, as cooperativas foram referência na sustentação econômica da região e de justificativa de fixação dos empreendedores em suas atividades produtivas, destacando-se a produção primária. Corroboram a afirmação de outros autores reforçando que o cooperativismo, ao mesmo tempo em que busca o aprimoramento econômico, social e cultural do ser humano, agrega melhorias nas escalas de poder, transversalidade das políticas públicas com participação da população, auxílio e cooperação das instituições, cooperativas e associações, o fortalecimento das lideranças do território, e o aumento da liberdade e do capital social nas regiões.

Santos *et al.* (2020) ao analisarem a política estadual de apoio ao cooperativismo no Tocantins, sublinham que a aplicação de um modelo de gerenciamento cooperativista pautado na efetiva participação dos cooperados, pode se tornar um elemento de fundamental importância para a disseminação da cultura do desenvolvimento regional endógeno, pensado pelos próprios atores locais. E apontam que uma gestão democrática, deve garantir a participação ativa e direta de homens e mulheres associados no planejamento e gestão da cooperativa. Contudo, a atuação e reconhecimento do papel das mulheres no cooperativismo parece ainda em estágio inicial, começando a ser discutido recentemente.

Canquerino e Bertolini (2019), ao realizarem um estudo bibliográfico², observaram que o cooperativismo representa uma alternativa de promoção do desenvolvimento local diversa do atual modelo de desenvolvimento, considerado hoje como insustentável. A cooperativa é uma organização que adota práticas e preocupações com os cooperados nas dimensões econômica e social: por meio da disponibilidade e acesso ao mercado, tanto para comercialização, como para o consumo e, sob os aspectos sociais, em que se destaca a inclusão social dos membros. No que tange os aspectos ambientais verificaram os autores que os mesmos são abordados intrinsecamente, mas havia poucos relatos a respeito destas práticas nestes estudos.

Páez (2018) considera que o desenvolvimento local e o cooperativismo constituem campos do conhecimento em constante atualização e debate. Ambas as abordagens apontam para uma desconcentração econômica e territorial, favorecendo um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo, em oposição à geração de enclaves territoriais, que reforçam as desigualdades socioeconômicas e espaciais.

A Aliança Cooperativa Internacional, por sua vez, demonstra, nos últimos anos, uma preocupação com a promoção da igualdade de gênero que se consolida na constituição do Comitê de Diversidade de Gênero (*The Gender Equality Committee of the International Cooperative Alliance – ICA-GEC*). O Comitê promove trocas de experiências com o objetivo de acrescentar ao movimento cooperativista uma visão baseada em igualdade, solidariedade, democracia e desenvolvimento. Em 2019, na Conferência Internacional da Aliança Cooperativa Internacional, o Comitê de Igualdade de Gênero promoveu um seminário no qual destacou casos que têm obtido grande repercussão em alguns países e contribuído para a transformação de realidades de modo efetivo através da promoção de ações das mulheres com base na doutrina cooperativista.

A atuação e protagonismo das mulheres no cooperativismo também podem ser verificadas em um projeto, criado em 2016, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Sul, o SESCOOP/RS, denominado Histórias reais do Cooperativismo³, que está na sua quarta temporada. As narrativas dos cooperados mencionam as suas experiências como associados, bem como a importância da cooperativa na sua qualidade de vida e as oportunidades que têm acesso. Nos 22 vídeos divulgados, 10 narrativas são de mulheres e 14 de homens, ou seja, em alguns vídeos há mais de um participante. Essa é a proporção mais igualitária percebida até o presente momento nesses elementos de gênero analisados em torno do cooperativismo.

A representatividade das mulheres é marcante nas histórias apresentadas. Destaca-se a recorrência da afirmação que a cooperativa proporciona espaços de conquista das liberdades, seja através de facilidades econômicas, oportunidade social ou liberdade de participação. As atividades que as mulheres desempenham nas cooperativas são variadas, desde associadas até gerentes de agência, zeladoria, presidente e conselheira das cooperativas.

Nos depoimentos, algumas temáticas são recorrentes, apesar da particularidade da experiência de cada uma das 10 mulheres na sua interação com a cooperativa. Destacam-se a menção sobre influência familiar, seja como apoio ou como exemplo da atuação cooperativista – sendo essa considerada fundamental para alcançar os objetivos pessoais. As narrativas reforçam a pertinência da formação profissional ou a oportunidade que o sistema cooperativo promove através de cursos de qualificação, vinculados ao princípio cooperativista Educação, Formação e Informação⁴.

Em cinco narrativas, os filhos são mencionados. Quatro delas enfatizam que a relação com a cooperativa proporcionou tanto o cuidado quanto a ampliação de condição social benéfica aos filhos. Uma associada destaca que o acesso à internet no campo promoveu bem-estar aos seus filhos, que são estudantes na cidade e se beneficiam dessa tecnologia quando estão na residência dos pais, uma comodidade disponível em razão da cooperativa. Já outra associada informa que a relação com os colaboradores é o diferencial. O ambiente que prima pela qualidade de vida e a valorização das pessoas foi o destaque da narrativa que indicou a necessidade de cuidados com os filhos e que essa condição não se tornou empecilho as atividades realizadas. Essa é uma situação bastante distinta do que comumente ocorre em outras empresas e organizações, onde, inclusive, após a licença maternidade muitas mulheres não se surpreendem com suas demissões.

A temática de gênero foi abordada por três mulheres. Elas ocupam cargos de presidente da cooperativa, conselheira e presidente de condomínio. Ambas percebem que não é algo comum, recorrente nos espaços em que circulam. Ressaltaram que as atividades exigem responsabilidade e comprometimento e consideram que é necessária a participação nesse “mundo masculino”. Ressaltam que a cooperativa oferece essa oportunidade e que se sentem realizadas em participar de espaços de decisão.

Na revista Rio Grande Cooperativo, também uma produção do SESCOOP/RS, é possível observar a participação das mulheres, seja como associadas ou como colaboradoras da organização. Porém, a participação feminina possui uma representatividade consideravelmente menor em relação aos homens⁵. Para melhor analisar a temática, foram selecionadas três edições dessa revista, nº 16, 17 e 18 referentes a 2019/01, 2019/02 e 2020/01. Das 45 declarações/depoimentos, distribuídas nas três edições, apenas oito delas são de mulheres.

A desproporcionalidade dessa participação tem um contraponto. Na seção entrevistas observa-se maior equilíbrio, uma vez que dos 4 entrevistados (nº. 16 e 18 – 1 entrevista em cada edição, nº 17 – 2 entrevistas), duas delas são dadas por mulheres. A edição nº. 16 conta com a entrevista de uma gerente de planejamento que avalia “o espaço e as oportunidades de inserção das mulheres em cargos de liderança no cooperativismo”. A entrevistada afirma que apesar de perceber avanços na participação feminina, ainda é preciso avançar. Sua afirmação tem por base um olhar sobre a composição dos Conselhos: “quando olhamos, por exemplo, a composição dos Conselhos de Administração e os cargos de alta liderança nas cooperativas, a participação das mulheres ainda é pequena” (TOPOLSKY, 2019, p. 7).

A entrevista na edição nº 17 destaca a participação das mulheres no cenário cooperativista uruguaio. A entrevistada atua no Centro Cooperativista Uruguaio há mais de 20 anos e também é presidente da Confederação Uruguaia de Cooperativas desde 2014. A mesma afirma em sua entrevista que

Não se visualiza um número importante de mulheres nos órgãos de direção cooperativos e acredito que isso desacelerou algumas cotas de desenvolvimento do sistema cooperativo, porque se déssemos maior importância nessa liderança feminina, cumpriríamos muito mais com nossos princípios e valores (FERNÁNDEZ, 2019, p.26).

Na percepção da presidente da Cooperativa de Las Americas, a capacitação profissional possibilitou que as mulheres rompessem preconceitos e se vissem com condições de liderar nesses espaços. Percebe-se que mesmo com a devida formação profissional, algumas mulheres ainda se sentiam (ou sentem) sem condições de exercer funções de liderança ou ocupar cargos de maior responsabilidade. Essa situação deve ser levada em consideração, em especial, por possibilitar cumprir com maior eficiência os objetivos do cooperativismo bem como difundir seus valores e princípios.

As manifestações expressas nos depoimentos demonstram que a representatividade das mulheres ainda é reduzida. Talvez pelo fato de que nas cooperativas ainda há uma maior presença masculina nos cargos de direção, seja na presidência ou nos conselhos administrativos e fiscais, bem como na chefia de setores. Alexandra Wilson (SESCOOP/RS, 2019) considera que o caráter conservador das cooperativas pode ser o aspecto que permite que elas se modifiquem com menor celeridade, visto que pelo processo decisório ser democrático exige mais tempo para a sua deliberação. Enquanto empresas sofrem uma pressão da sociedade, por exemplo, para diversificar os seus conselhos com maior participação de mulheres, as cooperativas podem ter dificuldades de realizar a mesma mudança. O espaço cooperativista ainda é fortemente marcado pela tradição e os costumes locais e esses são constituídos com base em modelos patriarcais, hegemônicos e, conseqüentemente, menos sujeitos a mudanças, melhorias e transformações. Sendo assim, a seguir serão abordadas algumas questões de gênero que envolvem a atuação das mulheres.

3. Reflexões sobre desigualdades entre homens e mulheres

Os papéis atribuídos a mulheres e a homens não são naturais ou biológicos, mas sim construídos de acordo com as necessidades socioeconômicas de cada sociedade (PEDRO; GUEDES, 2010). Os autores, reportando-se a Grisci (1994) e Safiotti (1988), enfatizam que na sociedade patriarcal, alicerçada na propriedade privada, a família e a superioridade masculina, além da natureza feminina que possibilita a reprodução, transformaram as mulheres em elementos de exploração e opressão. Esta sociedade delimita com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher.

Histórica e culturalmente, às mulheres são atribuídas práticas e rotinas relativas à vida doméstica. Apesar da carga ser densa e exaustiva, essas práticas representam um trabalho não remunerado, o que reduz a capacidade econômica das mulheres, resultando em uma recorrente dependência financeira. Apesar da conquista de direitos, como acesso ao estudo, ao trabalho, ao voto, dentre outros, essas atividades “do lar” ainda permanecem como uma “obrigação” das mulheres, de modo geral.

Práticas como a criação dos filhos, o cuidado com idosos, o preparo das refeições, a limpeza e organização da casa representam algumas das exigências de desempenho que pesam sobre as mulheres. Essas atribuições, que são socialmente construídas e repousam sobre as mulheres, reduzem as suas atuações sociais e políticas, visto que “as práticas sociais e a visão de mundo dos sujeitos são reproduzidas dentro de uma estrutura social (MENDES; PARENTE, 2016, p. 183). As mulheres têm dificuldade de encontrar tempo para fazer política, enquanto continuam aprisionadas a toda sorte de deveres domésticos e familiares (TIBURI, 2018).

O isolamento social provocado pela COVID-19 vem permitindo uma reavaliação das tarefas domésticas. O que antes, em geral, era tido como uma rotina simples, fácil e menos importante, ou mesmo, invisível, tem ganhado nuances de protagonismo. Pelo menos, intensificam-se as discussões em relação ao trabalho doméstico não remunerado, visto que nas atuais condições ele é considerado fundamental para o bem-estar de parte considerável da população que tem passado maior parte do tempo em casa, em isolamento.

Porém, uma maior carga de afazeres domésticos tende a recair justamente sobre a mulher neste período de pandemia, uma vez que a desigualdade de gênero no trabalho doméstico no Brasil tem aumentado, apontam dados da PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2019, as mulheres dedicavam 21,4 horas semanais e os homens, onze horas. Ou seja, a mulher dedica 10,4 horas a mais que o homem aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas. De 2016 para 2019, essa diferença entre as médias masculina e feminina aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais. O número de pessoas, com catorze anos ou mais de idade, que realizaram afazeres domésticos em 2019 alcançou 146,7 milhões, o equivalente a 85,7% desta população. O percentual de mulheres que realizam esses afazeres alcança 92,1%, bem superior aos homens, que representam 78,6% (IBGE, 2020).

Especificamente, no que se refere à produtividade acadêmica brasileira durante a pandemia, levantamento realizado pelo Movimento *Parent in Science*⁶ durante o isolamento social relativo à Covid-19, verificou que mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até doze anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia, sobretudo para submissões de artigos científicos. Os resultados do levantamento indicam a necessidade de fortalecimento da discussão sobre gênero, raça e maternidade como fatores contribuintes para a sub-representação feminina na ciência.

A remuneração do trabalho entre homens e mulheres no Brasil também retrata a acentuada desigualdade de gênero. A divulgação especial Mulheres no Mercado de Trabalho da PNAD de 2018, demonstra que o rendimento médio habitual de todos os trabalhos de mulheres ocupadas, de 25 a 49 anos de idade, representa 79,5% em relação ao dos homens. Quando se leva em consideração a faixa etária de 40 a 49 anos, este índice cai para 74,9% (IBGE, 2019). Segundo o documento “Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira – 2022, em 2021 os homens ocupados seguiam ganhando 25% mais que as mulheres. Estes resultados, segundo o mesmo documento, indicam uma desigualdade estrutural, dado que esses diferenciais, salvo pequenas oscilações, foram encontrados em todos os anos da série, de 2012 a 2021 (IBGE, 2022).

A jornada de trabalho remunerada também expressa desigualdades. Em 2018, as mulheres, entre 25 e 49 anos, exerciam cerca de 4,8 horas semanais de trabalho remunerado a menos que os homens. No grupo de 40 a 49 anos, a diferença chega a 5,4 horas (IBGE, 2019). Vale ressaltar que a PNAD de 2019, apontou que ao somar o trabalho remunerado com o trabalho de casa, o trabalho feminino ultrapassa em três horas à jornada masculina (IBGE, 2020).

No Brasil, não muito diferente de outros países, a situação de atividade dos jovens está fortemente relacionada ao sexo. As mulheres são maioria no grupo que não estudava nem estava ocupado em função de fatores culturais estruturais que não dependem diretamente da situação do mercado de trabalho. Em 2021, dos 12,7 milhões de jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem estavam ocupados no Brasil, as mulheres de cor preta ou parda representavam 5,3 milhões desses jovens (41,9%) enquanto as brancas somavam 2,6 milhões (20,5%), totalizando 7,9 milhões de mulheres, equivalente a 62,5% dos jovens que não estudavam nem estavam ocupados (IBGE, 2022).

Essa realidade paradoxal, parece também repercutir no âmbito do cooperativismo, no qual se visualiza um baixo número de mulheres ocupando cargos de direção, atuando nos conselhos e

chefiando setores. A carga de afazeres domésticos e cuidados com pessoas parece reverberar nas atividades externas – trabalho, liderança comunitária, ação social, dentre outros. Em entrevista, a presidente de uma cooperativa⁷ mencionou aguardar ansiosamente que os filhos cresçam para que as mães cooperadas possam atuar mais nas atividades da cooperativa. Sendo assim, após a conquista de direitos básicos, considera-se que as questões de gênero reemergem, uma vez que novos desafios estão postos para a autonomia, empoderamento e o respeito a alteridade da mulher.

Reforçam Pedro e Guedes (2010) que a luta das mulheres está na libertação das amarras de um senso moral construído pela cultura machista, cristalizada durante séculos. Embora seja possível observar avanços, ainda há parcela significativa da sociedade que defende ou, assume como natural a desigualdade. Segundo dados do relatório *Percepções sociais sobre mulheres defensoras de direitos humanos no Brasil - 2022*, 7% dos brasileiros entrevistados discordam que muitos avanços sociais só foram possíveis devido aos esforços de mulheres que lutam pelos direitos humano; 31% atribui uma imagem radical e intransigente às defensoras de direitos humanos; 20% considera que a luta das mulheres por direitos iguais prejudica os direitos das outras pessoas; 15% discorda que homens podem cuidar tão bem de crianças quanto as mulheres; 16% entende que as mulheres não devem ter a mesma liberdade que os homens (ONU MULHERES, 2022).

Segundo os autores, não é apenas pela igualdade econômica e política que as mulheres conquistam seu espaço, mas pela luta na construção de uma sociedade livre de relações preconceituosas e discriminações. Trata-se de uma luta pela liberdade, para além da equiparação de direitos, e pelo respeito à alteridade (Pedro, Guedes; 2010). Liberdade e alteridade são elementos entendidos como inerentes ao desenvolvimento. É nesse aspecto que as questões de gênero encontram respaldo na perspectiva do desenvolvimento como liberdade defendida por Amartya Sen. E por isso, a seguir são trazidas discussões que reforçam tal pressuposto.

4. Mulheres e desenvolvimento regional

Conceitualmente, não há distinção entre desenvolvimento de uma nação ou desenvolvimento de uma região. No entanto, as explicações para um e outro caso podem ser distintas, por conta de uma questão de escala, das características socioespaciais e da historicidade diferencial dos territórios, ou mesmo de autonomia administrativa (CORRÊA; SILVEIRA; KIST, 2019). Assim, os autores entendem o conceito de desenvolvimento regional, considerando a região como fruto de um processo histórico que a molda. Sustentam que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores de uma região.

Se o desenvolvimento regional é construído a partir da diversidade de atores regionais, diminuir as desigualdades entre homens e mulheres é uma ruptura urgente. O conjunto de estatísticas apresentado na seção anterior, evidencia a dificuldade de a mulher se tornar um agente político do desenvolvimento regional devido a desigualdade estrutural que pesa sobre ela.

Theis (2019), ao dissertar sobre desenvolvimento regional, propõe a elaboração de uma noção mais precisa e ao mesmo tempo mais utópica de desenvolvimento regional, a partir de uma aproximação desde a realidade sociocultural brasileira. Propõe levar em consideração o passado colonial, o sofrimento dos povos originários e das populações compulsoriamente transplantadas, a presença das mulheres, a diversidade da natureza brasileira. Defende a autonomia da comunidade regional na definição de seu projeto societário e compreende que as desigualdades poderão ser extintas se os membros das comunidades regionais recuperarem sua autonomia. Não desconsidera a atuação nem do mercado nem do Estado sobre a manutenção das desigualdades regionais, e defende a reconquista dos meios com os quais os atores regionais possam prover a

si e aos seus das condições materiais e espirituais para uma vida digna. A presença ativa da mulher em um projeto societário é condição elementar para a promoção do desenvolvimento regional, uma vez que representamos mais de 50% da população brasileira

A presença das mulheres no cooperativismo permeia as discussões em voga, ao se considerar que a atuação ativa das mulheres nas cooperativas pode representar um mecanismo de desenvolvimento regional, na medida em que minimiza a privação de liberdade das mulheres, podendo fortalecer as especificidades sociopolítico-culturais locais ou regionais. De acordo com Pinto e Ferreira (2020, p.135), “o trabalho cooperado possibilita o desenvolvimento individual e comunitário a partir de estratégias de resistências que se constituem como formas de sobrevivência e autonomia”. Amartya Sen, reforça que “nada atualmente é tão importante na economia política do desenvolvimento quanto um reconhecimento adequado da participação e da liderança política, econômica e social das mulheres” (SEN, 2010, p. 263). Portanto, nenhum desenvolvimento que exclua ou desconsidere a ação das mulheres e que não invista em reduzir desigualdades será capaz de remover as principais fontes de privação de liberdade individuais ou coletivas. O exercício da liberdade é mediado por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação (SEN, 2010).

Essa liberdade de participação só é exequível em ambientes democráticos, de modo que seja possível promover caminhos de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004). Possibilitar condições de acesso e liberdade às mulheres, de maneira a construir formas sociais mais aptas, significa romper com históricas estruturas sociais e culturais, inclusive alóctones à realidade brasileira, que redundam no cenário de desigualdades de gênero tais como as descritas na seção anterior.

Por sua vez, ao fazer uma reflexão sobre quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil, Butzke *et al.* (2020) destacam que muito do que se produziu e se praticou em nome do desenvolvimento da América Latina e no Brasil tem orientação eurocêntrica, masculina, hetero-patriarcal e branca. A história das mulheres e a história que desenharam têm sido invisibilizada e homogeneizada nas narrativas existentes. Essa observação vai ao encontro do que sublinha Tiburi (2018, p. 47), quando menciona que “tudo o que sabemos sobre as mulheres primeiro foi contado pelos homens”.

Outrossim, já há certo consenso de que desenvolvimento não é mais considerado sinônimo de crescimento econômico, industrialização e urbanização. O progresso, tão almejado por praticamente todos os países, inquestionável por décadas, gerou uma sucessão de crises que afetaram principalmente a América Latina e a maioria dos países da periferia, provocando um aumento significativo da exclusão social em boa parte do mundo. Acarretou a marginalização de grupos integrados ao padrão de desenvolvimento. Em vez de prosperidade geral, registrou-se um sucateamento de produtos em escala global, gerando desperdício de matérias-primas e recursos naturais ao custo imenso de degradação contínua do meio ambiente e de escassez de energia, resultado do privilégio à acumulação de capital, em detrimento do bem-estar social amplo (DUPAS, 2006). Para o autor, a cultura neoliberal globalizada criou um padrão antropológico na cultura ocidental: indivíduos livres e instrumentalmente racionais operam em um mundo que consiste em vendedores e compradores. Nesse período, o discurso neoliberal enfraqueceu as economias nacionais, e os defensores do Estado mínimo ganharam espaço.

E, nesse mundo de vendedores e compradores, a mulher encontra-se à deriva, com uma liberdade limitada, pois como afirma Tiburi (2018, p.93), “são os homens que ocupam os espaços de poder que detêm o privilégio sobre decisões”. Aqui não se desconsidera o conjunto de conquistas das mulheres, mas, ao se observar apenas os dados apresentados na seção anterior, evidencia-se que a igualdade de gênero, entre homens e mulheres está longe de ser uma realidade. Isso pois, de modo geral, às mulheres resta “pouco ou nenhum tempo para desenvolverem outros aspectos da própria vida” (TIBURI, 2018, p. 14). Em sua maioria, desde muito cedo, elas são iniciadas nas tarefas domésticas e, que na falta de outra oportunidade, essas se tornam uma profissão ou

ocupação. Porém, é um trabalho que historicamente não alcança prestígio como outra atividade profissional, além da reduzida remuneração. Assim, devido a condição de excessiva carga de responsabilidades e atribuições, essas mulheres deixam de tomar seu lugar nos espaços de discussão política. Lugares esses que, inclusive, decidem e definem aspectos e políticas de sua própria condição de mulher. E, ilustra a autora:

meditar sobre a vida das mulheres como trabalhadoras que recebem menos do que os homens pelo mesmo tipo de trabalho, o que constitui uma das maiores injustiças que as pessoas heterodenominadas – denominadas por um outro – ou identificadas como mulheres sofrem em escala global (TIBURI, 2018, p. 16).

Se, como afirmam Butzke, Mantovanelli Júnior e Theis (2018), os conceitos trazem significados e experiências de outros espaços e tempos (eurocêntricos) que se impõem aos nossos espaços e tempos, e, se os conceitos unificam em si um conjunto de significados e contém experiências históricas, recuperar os significados e as experiências negadas é uma alternativa, parece que aqui cabe colocar em xeque o atribuído “conceito de mulher”, o “lugar da mulher nas regiões” e o “papel da mulher no desenvolvimento regional”.

Alguns apontamentos subsidiam as questões levantadas. Carleial (2014) descreve que a questão regional brasileira, instalada nos anos 1960 do século passado e, as políticas de desenvolvimento regional, não conseguiram reduzir de forma importante as desigualdades regionais, o que só fortalece o padrão de divisão inter-regional definido na metade do século XX. O agravante, segundo a autora, é que a questão regional está fora das pautas política, econômica empresarial e acadêmica brasileiras. Outra dimensão dessas desigualdades, é retratada pelos resultados da PNAD 2019 – Outras formas de trabalho. Segundo a pesquisa, a realização de afazeres domésticos é mais alta entre homens com curso superior completo (85,7%) e menor entre aqueles sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto (74,1%). Embora tenha havido expansão e interiorização do ensino superior, há ainda significativa concentração litorânea e metropolitana. Ademais, o Nordeste apresentou a maior diferença entre as taxas de realização de afazeres domésticos por sexo – 21,0 pontos percentuais a mais para as mulheres – e o Sul, a menor, 9,6 p.p. a mais para elas (IBGE, 2020). O que se quer enfatizar é que a desigualdade de gênero, contém e está contida na questão das disparidades regionais brasileiras.

Identificar as potencialidades de uma região e inserir as mulheres nesse processo de planejar um desenvolvimento integral é fundamental para reduzir desigualdade – inclusive, as de gênero, e promover “uma sociedade em que pessoas sejam ajudadas a desenvolverem as suas potencialidades” (TIBURI, 2018, p. 60). Assim, pensar em desenvolvimento no seu aspecto regional exige pensar nas mulheres que integram esse espaço, conhecer seu cotidiano, ouvi-las, verificar se elas gozam da garantia de acesso aos seus direitos básicos como saúde, educação, segurança, dentre outras, e construir com elas estratégias, acessos e ações que as possibilitem levar a vida que desejam, no lugar onde desejam.

5. Considerações finais

Este trabalho consiste em um esforço que, frente às históricas desigualdades entre homens e mulheres, propôs discutir o potencial do cooperativismo na remoção de fontes de privação de liberdade das mulheres e a consequente contribuição para a promoção de processos de desenvolvimento regional. Literatura e estatísticas apontaram que as desigualdades de gênero são um enclave aos processos de desenvolvimento e que as cooperativas podem ser um mecanismo de empoderamento das mulheres, bem como, de fomento às especificidades regionais. Contudo, entende-se também que o cooperativismo, embora seja uma opção em momentos de crise, precisa avançar e assumir como bandeira o reconhecimento e estímulo à mulher, de modo a torná-la agente política.

Debater sobre a participação das mulheres, seja como profissionais, cooperadas, membras ativas nos momentos decisórios, possibilita ampliar as perspectivas e visões sobre os múltiplos aspectos

que designam o desenvolvimento. Negar, reduzir ou subestimar a participação das mulheres pode apequenar um movimento que possui grandes chances de promover transformações positivas e permanentes a nossa sociedade.

Divulgar e debater dados da participação das mulheres no sistema cooperativista brasileiro é imprescindível. E, analisar tais dados podem embasar importantes ações. O sistema cooperativo pode possibilitar que as mulheres encontrem alternativas para desenvolver as suas capacidades e atuem de forma ativa na sociedade, o que, conseqüentemente promove transformações significativas nos espaços em que interagem. O “exercício da liberdade é mediado por discussões públicas e interações sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação” (SEN, 2010, p. 24). Sendo assim, percebe-se que o espaço de integração da cooperativa pode possibilitar uma ação espontânea e livre e que promove outras liberdades, como por exemplo, uma posição de liderança na organização.

6. Referências

BÜTTENBENDER, Pedro Luis; PEDRASSANI, Daniela; TOMPOROSKI, Alexandre Assis; ALVES, Cinara Neumann; ÁLVAREZ, Juan Fernando “cooperativismo e desenvolvimento regional: aportes teóricos, experiências e perspectivas” **DRd**, Canoinhas, v. 12, ed. esp. 2 (Dossiê Cooperativismo), p. 1-7, 2022.

BÜTTENBENDER Pedro. L. SPAREMBERGER, Ariosto; ZAMBERLAN, Luciano; PERDONSON, Dionatan; BÜTTENBENDER, Bruno Nonnemacher.. “Ativos e aportes do cooperativismo ao desenvolvimento regional: um olhar regional, do local para o global”. **RGC**, Santa Maria, v. 7, n. 13, Jan./Jun., p. 230-242. 2020.

BUTZKE, Luciana. *et al.* Quem são as mulheres que pensam o desenvolvimento regional no Brasil? Elementos para a formulação de uma agenda de pesquisa. In.: **Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional** - Faccat v. 17, n. 2, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/1665>. Acesso em: 28 ago. 2020.

BUTZKE, Luciana.; MANTOVANELLI JÚNIOR; O.; THEIS, Ivo. M. Afinal, desenvolvimento regional serve para quê? Reflexões a partir da Sociologia da libertação de Fals Borda e da Sociologia da Exploração de Casanova. **Redes**, v. 21, nº 3, p. 306-318, set./dez. 2016.

CANQUERINO, Yogo Kubiak; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor. A discussão científica sobre o cooperativismo e o desenvolvimento regional. In.: **Informe GEPEC Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. Toledo. v. 23, n.2 p.9-28, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://e-vesta.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/20423>. Acesso em: 28 ago. 2020.

CARLEIAL, Liana. O desenvolvimento regional brasileiro ainda em questão. In.: **Revista Política e Planejamento Regional (PPR)**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/O-desenvolvimento-regional-brasileiro-ainda-em-questao.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernadete Brochier. Sobre o conceito de Desenvolvimento Regional: notas para debate. In.: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. V. 15, N. 7, Edição Especial, P. 3-15,

dez/2019. Taubaté, SP, Brasil. Disponível em:
<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 10 mar. 2020.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO 2019. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2019. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2019/12/miolo-baixa.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2020.

EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO 2020. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2020. Disponível em: <http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2020/07/ta-na-mesa-expressao-2020.pdf>. Acesso em 26 ago. 2020.

EXPRESSÃO DO COOPERATIVISMO GAÚCHO 2021. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2021. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2021/06/expressao-cooperativismo-gaucha-2021.pdf>. Acesso em: 24 out. 2021.

FERNÁNDEZ, Graciela. Cooperativas de Las Americas. **Revista Rio Grande Cooperativo**, Porto Alegre, ano 5, n. 17, 2019/2. Entrevista, p. 24-28. Disponível em:
<http://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2019/11/rio-grande-cooperativo-semester-2-ed-17.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FURTADO, Celso. Os Desafios da Nova Geração, **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4 (96), p. 483-486, outubro-dezembro/2004.

GRISCI, Carmem Lígia lochis. Ser mãe, produção dele, reprodução dela. In: CARDOSO, Reolinas S. (Org.) **É uma mulher ...**Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

HISTÓRIAS REAIS DO COOPERATIVISMO. Porto Alegre, 2020. Disponível em:
<http://historiasreais.coop.br>. Acesso em: 01 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos & Pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica. Brasília. 2022. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101979.pdf> Acesso em: 21.dez.2022.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em: 12 set. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Divulgação Especial Mulheres no Mercado de Trabalho**. Brasília. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO EM GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Brasília. 2020. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em: 12 set. 2020.

MENDES, Soraya Helena Araújo.; PARENTE, Temis Gomes. (In)visibilidade das mulheres na pesca artesanal: uma análise sobre as questões de gênero em Miracema do Tocantins-TO. In.: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 4. n. 2, p. 177 – 199, dez. 2016. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/5500>. Acesso em: 14 nov. 2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. ONU MULHERES. **Percepção Social sobre Mulheres Defensoras de Direitos Humanos no Brasil**. Brasília. 2022. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/12/pesquisa-onu_mulheres-ipsos-2022.pdf. Acesso em 21 dez. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ElesPorElas**. Brasília. 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/elesporelas/>. Acesso em: 12 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 12 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **ONU Mulheres Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres**. Brasília. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/onumulheres/>. Acesso em: 12 set. 2020.

PÁEZ, Carlos Cesar Torres. Desarrollo local y cooperativismo: apuntes para un debate. In: **COODES Cooperativismo y Desarrollo** Vol. 6, n. 2 (jul/dez 2018), p. 120-124. Disponível em: <http://coodes.upr.edu.cu/index.php/coodes/article/view/2007>. Acesso em: 27 fev. 2020.

PANZUTTI, Ralph. **Contribuição para a Teoria Cooperativista**. In.: Congresso SOBER. Anais. 2002.

PARENT IN SCIENCE. **Produtividade acadêmica durante a pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade**. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciencia/wp-content/uploads/2020/07/LevantamentoParentinSciencePandemia.pdf>. Acesso em 12 set. 2020.

PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In.: I SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1. 2010, Londrina. **Anais [...]** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

PINTO, Neuzeli. Maria Almeida; FERREIRA, Josilene Montelo. Redes de apoio social em comunidades rurais do Maranhão: mulheres construindo o desenvolvimento local sustentável. In.: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 8. n. 2, p. 125 – 140, ago. 2020. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/7895/4707>. Acesso em: 13 nov. 2021.

REVISTA RIO GRANDE COOPERATIVO. Porto Alegre: SESCOOP/RS, ano 5, n. 16, 2019/1. Disponível em: <http://www.sescoopr.coop.br/app/uploads/2019/07/rio-grande-cooperativo-semester-1-ed-16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

REVISTA RIO GRANDE COOPERATIVO. Porto Alegre: SESCOOP/RS, ano 5, n. 17, 2019/2. Disponível em: <http://www.sescoopr.coop.br/app/uploads/2019/11/rio-grande-cooperativo-semester-2-ed-17.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

REVISTA RIO GRANDE COOPERATIVO. Porto Alegre: SESCOOP/RS, ano 6, n. 18, 2020/1. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.coop.br/app/uploads/2020/05/rio-grande-cooperativo-semester-1-ed-18-1.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **O Poder do Macho**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 1988.

SCHNEIDER, José Odelso; KONZEN, Otto Guilherme. 100 anos de cooperativismo no Rio Grande do Sul. 100 anos de experiência solidária. In: **Perspectiva Econômica**. Série Cooperativismo, v. 36, n. 116, São Leopoldo: UNISINOS, 2001.

SCHULZ, Rosângela Marione; TIRELLI, Cláudia. Repertórios e *performances* no ativismo feminista transnacional. In.: **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 8, n. 3, p. 197 – 218, out. 2020. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8892>. Acesso em: 14 nov. 2021.

STANISCUASKI, Fernanda *et al.* Gender, race and parenthood impact academic productivity during the COVID-19 pandemic: from survey to action. In.: **Biorxiv**. 2020. Disponível em: <https://www.biorxiv.org/content/10.1101/2020.07.04.187583v1.full.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SESCOOP/RS. **Feminismo no século XXI: O que isso significa para as mulheres cooperadas?** Porto Alegre, 2019. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.coop.br/noticias/2019/10/14/feminismo-no-seculo-xxi-o-que-isso-significa-para-as-mulheres-cooperadas/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

THEIS, Ivo Marcos. O que é desenvolvimento regional? Uma aproximação a partir da realidade brasileira. In.: **REDES Revista do Desenvolvimento Regional**. v. 24, n. 3 (2019). Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/13670/pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

TOPOLSKY, Pricila. Planejamento estratégico. **Revista Rio Grande Cooperativo**, Porto Alegre, ano 5, n. 16, 2019/1. Entrevista, p. 6-8. Disponível em: <http://www.sescoopr.rs.coop.br/app/uploads/2019/07/rio-grande-cooperativo-semester-1-ed-16.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2020.

¹ Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no II Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional, realizado em 2020 na UNIJUÍ.

² O estudo analisou artigos publicados no 1945 e 2018 na base *Web of Science*.

³ Histórias reais do Cooperativismo é o projeto do Sistema SESCOOP/RS que apresenta vídeos em que cooperadas e cooperados, colaboradoras e colaboradores narram as suas experiências na cooperativa em que atuam. Os vídeos estão disponíveis em: <http://historiasreais.coop.br/>, conforme consta nas referências.

⁴ O Princípio da Educação, Formação e Informação é o 5º princípio do cooperativismo. Através dele as cooperativas proporcionam educação e formação para a comunidade externa bem como para seus associados, representantes, gestores e colaboradores. É o princípio responsável pela divulgação do modelo cooperativista, e viabiliza a consolidação dos outros seis princípios.

⁵ Nesse trabalho, o objetivo é apresentar um panorama do que está representado nas publicações selecionadas e veiculadas pelo Sistema SESCOOP/RS. Além das entrevistas, nenhuma matéria foi analisada em particular portanto, considerou-se desnecessário mencioná-las individualmente e se optou por referencial o fascículo.

⁶ Mais informações em <http://www.parentinscience.com>.

⁷ Entrevista concedida pela presidente da COOPVIVA – Cooperativa de consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte Ltda no dia 15/09/2021, às 15h, por chamada no aplicativo *whatsapp*.